

Últimas semanas para resolver de vez o déficit e demais problemas do Plano Petros

Mais de 49 mil repactuações!

Ainda faltam 6% de adesão para atingirmos a meta e implementarmos o maior acordo da nossa história

Até o último dia 13, a Petros havia processado 49.030 repactuações, ou seja, 61,22% dos participantes e assistidos. Estas duas últimas semanas são decisivas para o futuro do Plano Petros. A repactuação dos artigos 41 e 42 irá resolver uma série de problemas do plano, tornando-o estável e mais seguro para todos: ativa e assistidos. Atingindo-se a meta de 67% de repactuação, a Petrobrás assumirá integralmente o déficit do Plano Petros e corrigirá distorções que cobramos há décadas, como a correção do cálculo das pensões e a redução do limite de idade para o grupo 78/79. Além disso, os participantes irão eleger seus representantes para ocupar metade da diretoria da Petros. Portanto, não vamos deixar escapar esta chance. Estamos falando do maior acordo de que se tem notícia no Sistema de Previdência Complementar brasileiro. A repactuação irá garantir mais de R\$ 6 bilhões para o Plano Petros. Se você ainda não repactuou, não deixe para a última hora. O prazo termina no dia 28 de fevereiro, mas as conquistas do acordo já começarão a ser implementadas, logo que a meta for atingida. O pagamento do valor monetário, por exemplo, será feito assim que garantirmos os 67% de adesão. Mas, **ATENÇÃO: todos devem encaminhar IMEDIATAMENTE à Petros a solicitação de pagamento, inclusive quem já havia repactuado.**

Não caia na mentira!

A atual repactuação do Plano Petros é fruto de um processo transparente de negociação conduzido pela FUP e seus sindicatos, ao contrário do que ocorreu em 1991, quando a Petrobrás e a Petros impuseram goela abaixo dos participantes mudanças nos artigos 41 e 60, que aumentaram as contribuições para o plano. A FUP tem esclarecido e debatido com os participantes e assistidos ponto por ponto do acordo conquistado. Sempre com muita seriedade e responsabilidade.

Lamentavelmente, as associações de aposentados, a Aepet e alguns sindicatos de petroleiros que fazem oposição à FUP estão realizando uma campanha contrária à repactuação por motivos meramente políticos. Este posicionamento seria legítimo se não estivesse baseado em mentiras e acusações descabidas para tentar amedrontar os participantes.

É o caso da AMS, que nada tem a ver com o Plano Petros, e, portanto, não sofrerá qualquer alteração com a repactuação. As associações, no entanto, propositalmente, continuam inventando que quem repactuar perderá a AMS. Um absurdo completo, que já

foi desmentido pela Petrobrás e pela Petros. Na própria documentação sobre a repactuação do Plano Petros, está destacado com ênfase que o direito à AMS não será alterado, de forma alguma.

A AMS é um direito conquistado pela categoria, que é garantido pelo Acordo Coletivo de Trabalho para todos os aposentados, pensionistas e seus dependentes. Não tem nada a ver com o Plano Petros. A garantia da AMS também está prevista em normas internas da Petrobrás e subsidiárias.

Táticas terroristas como esta reforçam que a Aepet e as associações de aposentados não têm argumentação coerente para debater com seriedade uma questão fundamental na vida dos petroleiros. Afinal de contas, estamos tratando do futuro do Plano Petros. Por isso, informe-se bem sobre a proposta apresentada, esclareça suas dúvidas e conclua o que de fato é mentira e verdade em relação à repactuação.

A FUP está realizando palestras em várias regiões do país. Informe-se com o seu sindicato sobre o dia e horário ou acesse www.fup.org.br

OPINIÕES

■ **João Antônio Moraes** diretor da FUP e do Sindipetro Unificado de São Paulo - "Não é o artigo 41 que nos dá segurança e sim a saúde financeira do Plano Petros e uma boa gestão dos recursos que garantem os benefícios atuais e futuros. Com a repactuação, os petroleiros conquistam esses dois pilares: o aporte de R\$ 6 bilhões por parte da Petrobrás e a gestão paritária da Petros, através da eleição de seus dirigentes. Esses são os verdadeiros lastros que irão assegurar os nossos benefícios e, conseqüentemente, a tranqüilidade de nossas famílias. Este, portanto, é um acordo histórico, onde nós, petroleiros e petroleiras, estamos decidindo o futuro do nosso plano de previdência complementar, que deixará de ser deficitário e passará a ser gerido também pelos seus participantes".

■ **Francisco Rocha Ramos**, aposentado, diretor da FUP e do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia - "Como aposentado, tenho plena convicção de que repactuação é a melhor alternativa para o Plano Petros. Com um indexador confiável de correção dos benefícios, passamos a ter a garantia de que não sofreremos mais perdas, nem arrochos. Além disso, o acordo conquistado pela FUP fará com que a Petrobrás assumirá integralmente o déficit do Plano Petros, tornando o nosso plano superavitário e resolvendo uma série de problemas históricos, como a correção do cálculo das pensões e o limite de idade para os companheiros do grupo 78/79. A repactuação só trará benefícios para os aposentados e pensionistas, aumentando a estabilidade do nosso plano e garantindo mais segurança e tranqüilidade para nossas famílias".

SMS: FUP cobra cumprimento das novas regras para aposentadoria especial

Em sua última reunião, ocorrida no dia 06/02, a Comissão de SMS retomou a discussão sobre a implementação das novas regras estabelecidas pela legislação para a aposentadoria especial. O debate teve como base a pauta apresentada pela FUP, que vem cobrando sucessivamente da Petrobrás os novos critérios para enquadramento dos trabalhadores que têm direito à aposentadoria especial. A empresa criou um grupo de trabalho para discutir esta questão, mas ainda não havia apresentado o resultado dos estudos.

Na reunião do dia 06, a FUP priorizou este debate, cobrando da Petrobrás os critérios de enquadramento, o quantitativo e a relação de trabalhadores em condições de aposentadoria especial por unidade. A empresa informou que existem hoje 2.700 trabalhadores aptos a solicitarem o benefício, mas não relacionou o grupo, nem especificou as áreas de atuação.

Em relação aos critérios para enquadramento, a Petrobrás informou que está elaborando as seguintes normas: Gestão de Saúde, Procedimentos para implantação do PPRA (Programa de Prevenção a Riscos Ambientais), Estratégia de Amostragem de Agentes Ambientais para o Desenvolvimento do PPRA e Avaliação da Exposição a Níveis de Ruído em

Ambientes de Trabalho com o Uso de Audiômetros. Segundo a empresa, são essas normas que irão nortear as condições de risco às quais o trabalhador está submetido para enquadramento na aposentadoria especial.

A FUP está analisando cada uma destas normas e convocará o Coletivo Nacional de Saúde para se posicionar sobre a proposta junto com os sindicatos. A Federação reafirmou que a aposentadoria especial é uma bandeira de luta da categoria, que precisa ser tratada com prioridade pela Petrobrás e cobrou mais transparência da empresa em relação a esta questão, assim como empenho em agilizar esse pleito, que é direito do trabalhador, garantido, inclusive, pela legislação.

Durante a reunião da Comissão de SMS, a Petrobrás apresentou à FUP e sindicatos o novo Procedimento de Restrição à Atividade no Trabalho (PRAT). A Federação solicitou a documentação detalhada para que o movimento sindical possa avaliar e se posicionar. A próxima reunião da Comissão está prevista para início de março. A FUP continuará discutindo as questões da aposentadoria especial e tratará dos demais temas pertinentes à SMS, como benzeno, CIPA, acidentes de trabalho, primeirização do CDA (Centro de Defesa Ambiental), entre outros.

Terceirização: Pelo fim das condições diferenciadas de trabalho e regimes

Acabar com as diferenciações nas condições de trabalho dos petroleiros de empresas terceirizadas. Esta foi a tônica da pauta que a FUP discutiu com a Petrobrás na última reunião da Comissão de Terceirização, ocorrida no dia 08/02. Entre as principais reivindicações que a Federação voltou a reforçar na mesa de negociação estão: implantação da quinta turma, unificação da tabela de salários, fim do banco de horas, emissão de CATs e unificação dos procedimentos de SMS, respeito à organização e representação sindical, entre outras.

Estas são condições fundamentais de trabalho que deveriam ser atendidas sem discriminações pelas empresas prestadoras de serviço. Por isso, a FUP reivindicou que a Petrobrás implemente em todas as suas unidades de produção Comissões Regionais de Acompanhamento de Contratos, com uma atuação mais ativa e participação do movimento sindical. A Petrobrás se comprometeu a apresentar na próxima reunião da Comissão de Terceirização as ações que a empresa vem tomando em relação às principais reivindicações da FUP.

FIQUE DE OLHO

Governo prorroga por mais 6 meses Comissão Interministerial de Anistia

O governo federal prorrogou por mais seis meses a Comissão Interministerial de Anistia, que analisa os requerimentos de trabalhadores do Sistema Petrobrás que foram vítimas de arbitrariedades cometidas pela empresa em função de participação em movimentos grevistas ocorridos entre 1994 e 1995. A Comissão, que tem participação da FUP, Petrobrás, Ministérios das Minas e Energia e do Planejamento, dará continuidade aos trabalhos de análise de requerimentos e dos processos que entraram em diligência, assim como os recursos dos petroleiros que não foram contemplados em relação à anistia de punições em decorrência das greves de 94 e 95, como foi o caso do congelamento das promoções e avanços de níveis. O novo prazo da Comissão Interministerial de Anistia se encerra em 30 de junho de 2007.

Requerimentos de anistia da Petroflex e Nitroflex começam a ser analisados

Mesmo sem os processos dos ex-trabalhadores do Sistema Petrobrás que pleiteiam a anistia em função do decreto presidencial 5.954/06 (petroleiros da Petroflex, Nitroflex, Interbrás e Petromisa), a Subcomissão de Anistia iniciou no último dia 09 a análise dos requerimentos. A Subcomissão, formada por representantes da FUP e da Petrobrás, ainda aguarda os documentos que até hoje não foram enviados pela Comissão Especial Interministerial (CEI). Os membros da Subcomissão já solicitaram oficialmente à CEI os processos referentes aos trabalhadores do Sistema Petrobrás, fazendo, inclusive, gestões em Brasília neste sentido. Mas até o momento, nenhuma documentação foi enviada à Petrobrás. A Subcomissão decidiu iniciar a análise dos requerimentos apresentados pelo MOPEDE referentes aos trabalhadores da Petroflex e Nitroflex, pois já contam com documentação passível para início dos trabalhos.